

## ESTADOS COBRAM AGILIDADE NA AJUDA A DESABRIGADOS

A desburocratização na liberação de recursos federais para socorrer as vítimas de calamidades climáticas foi a principal cobrança dos participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. **5**



Quintanilha (C) preside audiência que reúne o governador do Piauí, Wellington Dias (2º à esq.), o ministro Márcio Fortes (3º à esq.) e representantes dos estados

J. Freitas

# Sarney anuncia redução de 40% na estrutura do Senado

Proposta de reestruturação apresentada pela FGV prevê diminuição de diretorias para apenas sete e elimina inúmeras unidades como gabinetes de diretores, adjuntos, assessorias e apoio técnico e administrativo

O presidente do Senado, José Sarney, apresentou ontem a proposta preliminar que visa reduzir custos, cortar cargos e melhorar a eficácia da Casa. Ele informou que, durante 30 dias, o estudo da Fundação Getúlio Vargas será submetido, por meio da internet, a senadores, funcionários e grupos organizados para que apresentem sugestões. Depois, serão dados mais 30 dias para que essas ideias sejam absorvidas e se inicie o trabalho de execução. **3**

Jane Araújo



Sarney (D) apresenta a senadores e jornalistas proposta formulada em menos de 60 dias

## Sociedade civil participará hoje da vigília pela Amazônia

A vigília pela Amazônia, que começará hoje às 18h30 e terminará amanhã de madrugada no Senado, contará com a participação de várias entidades da sociedade civil. Qualquer pessoa poderá encaminhar perguntas aos parlamentares presentes. A presidente da Comissão de Mudanças Climáticas, Ideli Salvatti, espera que a vigília aponte projetos para a região. **2**

Dois operações de crédito externo, no valor total de R\$ 577 milhões, foram autorizadas ontem pelo Plenário do Senado em benefício dos estados de São Paulo e da Bahia. Os senadores aprovaram ainda indicações do Executivo para embaixadas e para diretorias de agências reguladoras. **5**



Gerardo Magêlo

## Congresso deve analisar hoje vetos polêmicos

Sessão prevista para as 9h pode examinar 206 vetos presidenciais, entre eles o que derrubou reajuste de 16,67% a benefícios da Previdência. **8**

## Temporão diz que circulação de gripe é limitada no país

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, apresentou à Comissão de Assuntos Sociais um balanço das ações para prevenir a gripe suína. **4**

Plenário sedia esta noite mobilização, com presença de artistas, pela preservação da floresta, mais investimentos em desenvolvimento sustentável e salvaguarda da legislação ambiental

## Ideli: vigília vai apontar projetos para a Amazônia

A SENADORA IDELI Salvatti (PT-SC) afirmou que as discussões que ocorrerão na vigília pela Amazônia, a ser feita no Plenário do Senado entre as 18h30 de hoje e a madrugada de amanhã, devem apontar os projetos em tramitação no Congresso que precisam de votação urgente para ajudar a região.

Com a presença de artistas ligados ao meio ambiente, a vigília será realizada pelas comissões de Mudanças Climáticas, presidida por Ideli Salvatti; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Também estarão presentes deputados da Comissão de Meio Ambiente e da Frente pela Amazônia.

O evento foi sugerido pelo movimento Amazônia para Sempre,



Congresso receberá 1,1 milhão de assinaturas, diz Ideli

encabeçado por artistas como a atriz Christiane Torloni.

O objetivo é chamar a atenção para a necessidade de preservação da floresta, da proteção ao meio ambiente, de investimentos no desenvolvimento sustentável e da salvaguarda da legislação ambiental do país.

A vigília terá transmissão ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado e acompanhamento pela Agência Senado. Até 1h, qualquer

pessoa poderá ligar para o Alô Senado (0800-612211) ou visitar o site [www.senado.gov.br/sepov](http://www.senado.gov.br/sepov) para fazer perguntas, que serão encaminhadas aos parlamentares presentes.

Ideli Salvatti informou que o movimento Amazônia para Sempre entregará oficialmente ao Congresso, durante a vigília, um documento com quase 1,1 milhão de assinaturas, no qual os brasileiros manifestam preocupação com os destinos da floresta.

Citando artigo das pesquisadoras Lúcia Sevegnani e Beate Frank, da Universidade de Blumenau (SC), a senadora explicou que a Floresta Amazônica tem a função essencial de atrair grande quantidade de umidade para o continente sul-americano.

## Sociedade civil terá direito à palavra no Plenário

Após a abertura oficial da vigília pelos senadores, às 18h30, no Plenário do Senado, será feita a entrega do manifesto do movimento Amazônia para Sempre, um documento com mais de 1,1 milhão de assinaturas que requer a interrupção imediata do desmatamento da Floresta Amazônica. Também deverá se pronunciar um representante da Conferência Infância-Juvenil de Meio Ambiente.

Em seguida, o Greenpeace Brasil fará uma apresentação das propostas em tramitação no Congresso Nacional em defesa

da Amazônia. O Instituto de Pesquisa Ambiental do Amazonas (Ipam) participará da vigília com uma análise das políticas públicas voltadas para a região. Já as dinâmicas da economia na Amazônia serão apresentadas pela organização Amigos da Terra.

Deverão falar ainda sobre os conflitos sociais e a visão dos povos e comunidades tradicionais da região representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Aliança Camponesa Ambientalista, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), da Coordenação das Organizações

Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS).

Também comparecerão à vigília representantes de órgãos ligados ao governo federal – como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – e aos governos estaduais de Acre, Pará, Amazonas e Mato Grosso.

## Mozarildo quer vigília pelos habitantes da Amazônia

Em discurso feito ontem, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que a vigília pela Floresta Amazônica deveria ser em favor dos 25 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia.

– Não posso aceitar que se faça aqui uma vigília apenas pela preservação da Floresta Amazônica e que nenhuma palavra seja dita sobre as condições de vida de homens e mulheres que vivem lá.

Mozarildo afirmou que quer, sim, uma Amazônia para sempre – referindo-se ao nome do movimento que propôs a vigília –, acrescentando que quer uma Amazônia “para sempre brasileira, para sempre dos amazônidas”.

O senador disse acreditar que a atriz Christiane Torloni, que está à frente do movimento Amazônia para Sempre, é movida por sinceros interesses em relação à região, que conheceu quando lá gravou uma minissérie.

Ele espera, no entanto, que a atriz “não se envolva nessa esquizofrenia quase paranoica” que a Amazônia vive, numa pressão “feita de fora para dentro, de que temos que nos preocupar com a preservação da floresta e não com o uso inteligente dela”.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que participará da vigília e defendeu o desenvolvimento sustentável da região.

– É preciso que os amazônidas tenham o direito à qualidade de vida digna. O caboclo no interior não sabe o que é água potável – disse.



Senador defende uso inteligente da floresta

## Osmar lamenta tratamento dado ao agronegócio

Osmar Dias (PDT-PR) lamentou que o agronegócio esteja sendo tratado de modo pejorativo no Paraná, apesar de ser a base da economia do estado. Conforme afirmou, o setor foi responsável por 44,5% das exportações brasileiras nos quatro primeiros meses de 2009 e por 44% dos empregos gerados no país.

Segundo o senador, o agronegócio “não pode ser desrespeitado nem tratado com desfaçatez e com desprezo”, mas tem sido discriminado e “considerado por alguns como um problema”.

– Em 2008, o superávit do agronegócio foi de R\$ 60 bilhões e o de todas as atividades econômicas, R\$ 25 bilhões. Para quem sabe fazer contas, é fácil calcular que, se não fosse o agronegócio, a balança comercial teria sido negativa em R\$ 35 bilhões – assinalou o senador, acrescentando que neste momento de crise, quando a indústria, os serviços e o turismo estão em queda, a agricultura tem garantido empregos e o crescimento do país.

Osmar Dias afirmou ainda que o agronegócio brasileiro poderá ser favorecido por medidas que vêm sendo adotadas por outros países diante da crise financeira global. Ele citou os casos da China, que estaria reforçando a importação de commodities, e dos Estados Unidos, que teriam chegado à conclusão de que a importação do álcool produzido no Brasil seria mais benéfica ao meio ambiente do que a produção de etanol a partir do milho.



Osmar Dias: setor tem garantido empregos

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço

[www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Sessão começa às 14h; vigília, às 18h30

Marcada para as 14h, a sessão é deliberativa. A pauta continua trancada por seis medidas provisórias. Será realizada em Plenário, a partir das 18h30, vigília pela preservação da Amazônia. A iniciativa é das comissões Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

### Congresso se reúne às 9h para exame de vetos

O presidente do Congresso Nacional, José Sarney, preside, às 9h, no Plenário da Câmara dos Deputados, sessão do Congresso Nacional para exame de vetos. Às 11h, recebe o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch. Às 16h, preside a ordem do dia.

### Às 8h30, audiência sobre C&T no Brasil

Às 8h30, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza audiência pública para debater a situação das fundações de apoio às universidades e o futuro do gerenciamento de ciência e tecnologia no Brasil. Os presidentes da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis Júnior, e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Marco Antonio Raupp, estão entre os convidados.

### CDH examina benefício a jovem de rua

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) se reúne, às 9h, para examinar, entre os oito itens da pauta de votações, projeto que inclui os jovens de 15 a 17 anos que sejam moradores de rua entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo (Lei 11.692/08).

### Na CCJ, redução da maioria penal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne, às 10h, para votar 50 itens. Na pauta, estão duas propostas de emenda à Constituição: a PEC que reduz para 16 anos a idade para imputabilidade penal; e a proposta que dá competência privativa ao Senado para aprovar o processo sobre demarcação de terras indígenas. O primeiro projeto a ser analisado pelo colegiado amplia os direitos da pessoa com deficiência. Na segunda parte da reunião, os senadores da CCJ votarão indicações de autoridades para o Conselho Nacional de Justiça e para o Conselho Nacional do Ministério Público.

### CAS debate estímulo a energia solar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne, às 11h, para analisar, entre os 12 itens em pauta, o projeto (PLS 23/04) que altera o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) com o objetivo de fomentar o uso de energia solar. Também deverá ser examinado projeto (PLS 109/07) que regula artigo da Constituição sobre planejamento familiar. Outro item constante da pauta é o projeto (PLS 668/07) referente ao período de pagamento do seguro-desemprego a trabalhadores que são responsáveis legais por crianças com deficiência.

### Subcomissão discutirá faixa de fronteira

Às 9h30, será instalada a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para o biênio 2009/2010. Devem ser eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.



Mudança de regra faria do país "uma república de bananas", afirma Jarbas

## Jarbas condena tese de terceiro mandato para Lula

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou a tentativa de instituição de um terceiro mandato consecutivo para o presidente Lula. Para o senador, se o pré-requisito alegado para nova eleição for a popularidade, como argumentam os defensores da ideia, é melhor que se implante o Parlamentarismo.

– Num sistema parlamentarista, o chefe do governo permanece na função enquanto goza de respaldo político, e a lógica também funciona no caminho contrário e o governo cai quando perde o respaldo popular – lembrou.

Jarbas salientou que uma mudança casuística tornaria o país "uma república de bananas".

Em apartes, manifestaram-se contra um terceiro mandato Arthur Virgílio (PSDB-AM), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), João Pedro (PT-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Heráclito Fortes (DEM-PI), Pápaléo Paes (PSDB-AP) e Garibaldi Alves (PMDB-RN).



Para Garibaldi, MPs desequilibram as relações entre os Poderes

## Garibaldi renova suas críticas ao "abuso de MPs"

Em discurso no Plenário, Garibaldi Alves (PMDB-RN) afirmou que desde que foram criadas, com a promulgação da Constituição de 1988, as medidas provisórias (MPs) têm-se revelado um "perigoso instrumento de desequilíbrio nas relações entre os Poderes" devido ao "abuso do Poder Executivo em lançar mão do instrumento".

Para Garibaldi, devido às MPs a atividade principal do Parlamento, legislar, tem-se atrofiado dia após dia. Na opinião do senador, "os representantes diretamente eleitos pelo povo estão sendo alijados do processo de elaboração legislativa e de tomada das decisões nacionais" por causa do excesso de MPs que não levam em conta as "exigências constitucionais de urgência e relevância".

Em apartes, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Mário Couto (PSDB-PA) destacaram a luta de Garibaldi contra o excesso de MPs.

Proposta preliminar apresentada pela Fundação Getúlio Vargas visa diminuir custos, cortar cargos e melhorar eficácia; podem permanecer apenas sete diretorias

# Senado deve reduzir em 40% sua estrutura, anuncia Sarney

DIANTE DE SENADORES e jornalistas reunidos em seu gabinete, o presidente do Senado, José Sarney, apresentou, na manhã de ontem, a proposta preliminar de reestruturação administrativa, encomendada à Fundação Getúlio Vargas (FGV), para reduzir custos, cortar cargos e melhorar a eficácia da Casa. Sarney anunciou que a redefinição da estrutura hierárquica resultará na redução imediata de 30% na atual estrutura do Senado, prevendo-se nova e gradual redução em até seis meses.

– Dentro de pouco tempo, o Senado terá uma estrutura cerca de 40% menor que a atual. Desse modo, estará aparelhado para o exercício das funções que a democracia exige. Esta é uma proposta preliminar, que inclui o planejamento estratégico, o mapeamento dos processos organizacionais, um plano diretor de tecnologia da informação, auditoria da folha de pagamento e, sobretudo, um plano de cargos e carreiras em que o progresso profissional esteja vinculado à capacitação, competência e desempenho.

A reestruturação anunciada por Sarney reduz os diretores do Senado a apenas sete e transforma a atual Diretoria Geral, hoje um órgão central de coordenação e execução, em Diretoria Geral de Administração. A FGV constatou que, dos 110 cargos identificados com denominação de diretor, apenas 41 efetivamente representam funções de direção, os quais foram reduzidos a sete.

No propósito de eliminar paralelismos e sobreposições

de cargos, a FGV sugere eliminar, por fusão e rebaixamento, secretarias e subsecretarias em todas as áreas do Senado. No projeto, são eliminadas inúmeras unidades, como gabinetes de diretores, adjuntos, assessorias, apoio técnico e apoio administrativo. Outra novidade é que a classificação dos cargos de provimento em comissão e das funções comissionadas será compatibilizada com a nova estrutura organizacional, envolvendo extinções de funções comissionadas vinculadas a cargos de provimento efetivo.

No novo organograma elaborado pela FGV, os órgãos subordinados à Secretaria de Comunicação Social ganham o nome de departamentos da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado, da TV Senado, de Relações Públicas e de Pesquisa e Opinião. Os órgãos subordinados à Secretaria-Geral da Mesa também recebem a denominação de departamentos – de Comissões, de Apoio a Conselhos e Órgãos, de Coordenação Legislativa do Senado, de Coordenação Legislativa do Congresso, de Taquigrafia, de Ata e de Expediente.

## Austeridade

Na opinião de Sarney, a proposta apresentada atende aos reclames da sociedade, que, na sua avaliação, deseja e espera do Senado uma estrutura organizada e aparelhada de forma a servir com dignidade e austeridade, sem excessos nem desperdícios. Em sua exposição, ele explicou que não alimenta vaidades nessa iniciativa.

– Não sou daqueles que gostam de soltar fogos de artifício nem usufruir de providências como essa para promoção pessoal, mas apenas com o desejo de bem servir à função que me foi entregue. Sei que não é fácil, mas iremos perseguir esse objetivo com determinação, como tenho procurado sempre fazer. Não iremos fazer disso um espetáculo, mas é uma reforma de profundidade, que exige muita coragem, determinação e persistência.

Sarney também explicou que a execução dessa reestruturação administrativa não pode ser somente o resultado de uma vontade pessoal.

– Evidentemente, para que isso seja realizado, eu tenho que ter o apoio da Mesa Diretora, dos senadores e do funcionalismo da Casa. Sem dúvida alguma, temos aqui um grupo funcional da melhor qualidade.

Ele também anunciou que, durante 30 dias, o estudo da FGV será submetido pela internet a senadores, funcionários e grupos organizados, para que analisem e apresentem sugestões, as quais serão devidamente estudadas. Depois, serão dados mais 30 dias para que essas ideias sejam absorvidas e então o trabalho de execução será iniciado.

Mais tarde, em Plenário, José Sarney lembrou que o acordo com a Fundação Getúlio Vargas foi firmado no dia 18 de março e, em menos de 60 dias, o Senado já recebeu as primeiras propostas, podendo dar os "primeiros passos para a sua reestruturação".



Virgílio quer investigação profunda de denúncias contra ex-diretores

## Reforma tem de poupar e moralizar, adverte Virgílio

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a reforma administrativa a ser feita pelo Senado, a partir do estudo da FGV, tem de poupar, moralizar, tornar a máquina mais eficiente e "fechar as brechas por onde escorreu a possibilidade de corrupção". Disse que vai estudar profundamente os problemas administrativos do Senado e não aceitará que a reforma "seja um ouro de tolo".

Virgílio voltou a dizer que acredita nas boas intenções do presidente do Senado, José Sarney, mas quer investigações "sérias e profundas" sobre as denúncias de corrupção que envolvem ex-diretores do Senado. Defendeu que a Polícia Federal seja convocada a participar das investigações, ao lado da Polícia Legislativa.

O senador lembrou que em 1995 a Fundação Getúlio Vargas já fizera um estudo sobre os problemas administrativos do Senado, o que foi reforçado por documentos produzidos pela Consultoria Legislativa da Casa. Os trabalhos apontaram à época, conforme o senador, níveis hierárquicos em excesso, superposição de órgãos e funções, falta de planejamento, distorções salariais, improvisação e burocracia no processo decisório administrativo.

– O que se fez à época? Nada. A Fundação Getúlio Vargas não se eximiu de apontar falhas e indicar soluções. Só que o Senado permaneceu estático, nada fez, nada mudou, nada modernizou, nada reformou – reclamou.

Para Virgílio, a adoção de medidas administrativas e uma investigação profunda das denúncias de corrupção de ex-diretores são "imprescindíveis e urgentes". Observou ser um engano "supor que a opinião pública não está a par de tanta omissão, das falhas ou desídia" e que "o Brasil inteiro acompanha os desmandos que continuam ocorrendo no Senado".

## Heloísa

O senador lamentou que tenha sido noticiado, "como se fosse ilegal", que a então senadora Heloísa Helena usou o saldo de passagens do Senado para a viagem de um filho.

– Isso não está correto. Heloísa Helena é uma mulher honesta, digna. No passado, era possível usar essas passagens com terceiros. Agora, com a mudança feita pelo Senado, não é mais. A imprensa tem o dever de ser sóbria, de saber separar o joio do trigo. Então, no Congresso ninguém presta? Se Ulysses Guimarães estivesse aqui também ficaria no pelourinho.



Em seu gabinete, Sarney (D) explica proposta e diz que mudança necessita do apoio de senadores e funcionários

## Racionalização administrativa gera economia

A proposta de reestruturação administrativa elaborada pela FGV reduz em 83% as diretorias, em 53% as assessorias e em 50% as posições de nível intermediário no Senado. Foi o que afirmaram Bianor Cavalcanti, Irapuan Cavalcanti e Gilney Mourão Teixeira, encarregados pela fundação para explicar o trabalho.

Eles informaram que o propósito do estudo é reduzir as atuais 41 diretorias para sete, as atuais 13 assessorias para

seis, e os atuais 184 cargos de nível intermediário para 92. Também disseram que os índices de remuneração no Senado são inteiramente compatíveis com os pagos no Executivo e que não existe, na instituição, nenhum indicador técnico que justifique a diminuição de salários.

Conforme explicaram, a principal economia preconizada por essa reforma vai ser na extinção de cargos e na racionalização administrativa, com mudanças nas práticas organizacionais.

Na estrutura proposta, terão nível de diretoria a Consultoria Legislativa, a Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle, a Secretaria Geral da Mesa, a Diretoria Geral de Administração, a Secretaria de Comunicação Social, a Secretaria de Tecnologia e a Unilegis.

Indagados pelos jornalistas sobre o órgão ao qual ficarão subordinadas as licitações, disseram que, no projeto, existem instâncias decisórias em vários níveis para realizar essa tarefa.



Waldemir Barreto

**Surto de dengue preocupa Adelmir**

Adelmir Santana (DEM-DF) criticou o espaço que a influenza A (H1N1), também conhecida como gripe suína, vem tendo na imprensa e nas preocupações das autoridades. Para o senador, a situação pode levar ao esquecimento do combate de doenças mais letais, como a dengue. A gripe, lembrou, atingiu oito brasileiros até agora e há 32 casos suspeitos.

Adelmir ressaltou que atualmente a dengue é a virose mais comum, com cerca de 100 milhões de casos por ano no mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde, informou o senador, enfrenta uma "seca devastadora" desde o final do ano passado, ocasionando danos significativos para a população. Segundo Zambiasi, 219 municípios já declararam situação de emergência e os prejuízos atingiram a agricultura e a pecuária.

**Governo editará MP da seca, diz Zambiasi**

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) informou ontem ter participado de reunião com o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, que anunciou a edição, pelo governo, de medida provisória nos próximos dias para ajudar os atingidos pela seca. O estado do Rio Grande do Sul, lembrou, enfrenta uma "seca devastadora" desde o final do ano passado, ocasionando danos significativos para a população. Segundo Zambiasi, 219 municípios já declararam situação de emergência e os prejuízos atingiram a agricultura e a pecuária.

**Jefferson Péres será homenageado no dia 26**

O Plenário aprovou ontem requerimento para a realização, no dia 26, de homenagem ao senador Jefferson Péres, falecido em 23 de maio de 2008. Jefferson Praia (PDT-AM), autor do requerimento e suplente de Péres, lembrou que seu antecessor "projetou-se na consciência nacional como uma agenda viva de transformação ética".

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram apoio à iniciativa.

**Arns questiona duas portarias**

Flávio Arns (PT-PR) relatou ontem diálogo em que questionou o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, sobre duas portarias: a que instituiu o atendimento na especialidade genética clínica pelo SUS (Portaria 81/09) e a que alterou a forma de repasse dos recursos do Sistema Único de Saúde para o atendimento das pessoas com deficiência (Portaria 2.867/08).

A primeira, "um avanço e uma vitória, porque muitas famílias precisam desse aconselhamento genético", disse, ainda não foi regulamentada.

A segunda, que transferiu aos estados a responsabilidade pelo atendimento a pessoa com deficiência de fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, psiquiatria, neurologia e terapia ocupacional, precisa ser revista, afirmou.



Manoel Moutz

Atuação do sindicato fez brotar uma "consciência formidável", diz Suplicy

**Suplicy homenageia sindicato do ABC**

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou ontem os 50 anos de criação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. O senador lembrou que, nesse sindicato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciou sua carreira política.

— Inicialmente, era um sindicato das cidades de São Bernardo e Diadema, que depois englobou Santo André e São Caetano — explicou.

Segundo Suplicy, a atuação do sindicato nas décadas de 60, 70 e 80 fez com que "brotasse uma consciência formidável sobre como os trabalhadores deveriam ter voz e vez, direitos e cidadania".

**Ministro descarta aumento de impostos**

Em audiência pública para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, afastou a hipótese de o governo aumentar tributos no próximo ano como forma de compensar uma possível queda em suas receitas.

A jornalista, Paulo Bernardo descartou a possibilidade de o governo propor alterações nas regras da caderneta de poupança que venham a prejudicar os pequenos investidores.



Temporão, com Rosalba Ciarlini: MP abrirá crédito de R\$ 141 milhões para combater doença

**Circulação da gripe suína no Brasil é limitada**

Afirmção é do ministro da Saúde, que relatou à Comissão de Assuntos Sociais as ações do governo para conter avanço do vírus

EMBORA ADMITA A impossibilidade de se prever o comportamento futuro do vírus H1N1, causador da gripe suína, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou que, no momento, a circulação da doença no Brasil é limitada. De acordo com o boletim do Ministério da Saúde, divulgado no início da tarde de ontem, são oito os casos confirmados da doença no país. As autoridades de saúde ainda acompanham 32 casos suspeitos e monitoram 29 eventuais casos em dez estados, tendo descartado outros 168 possíveis registros da gripe (influenza A).

Temporão apresentou ontem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) um balanço das ações de prevenção e combate à disseminação do H1N1 no Brasil. Lembrou que R\$ 141 milhões, de crédito suplementar, serão liberados por meio de medida provisória para esse fim. Segundo explicou, a estratégia implementada pelas autoridades sanitárias brasileiras está amparada nas orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

O ministro informou que três laboratórios no país — Fundação Oswaldo Cruz (RJ), Adolfo Lutz (SP) e Evandro Chagas (PA) — estão capacitados para detectar a doença. Sobre a produção de uma vacina, ele adiantou que o Instituto Butantã (SP) é candidato a fazê-la, mas ainda depende da cepa do vírus a ser fornecida pela OMS. Temporão estimou que esse processo deve levar mais de seis meses para ser concluído.

Ressaltou ainda a existência de 54 unidades de referência hospitalar no tratamento da doença, com 829 leitos disponíveis. O estoque de medicamento para combate ao H1N1 chega a 12.500 kits, porém o Ministério da Saúde já negocia a produção suficiente para viabilizar mais de 800 mil tratamentos.

Durante a audiência, o ministro ainda destacou avanços no combate à dengue, com queda de 49% no número de casos em relação ao ano passado, e à malária, com redução de 50% nas notificações entre 2005 e 2008.

**Paim elogia a exposição do ministro e diz que situação está "totalmente sob controle"**

O senador Paulo Paim (PT-RS), em pronunciamento no Plenário, cumprimentou o ministro José Gomes Temporão pela participação na audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais.

— O ministro deu uma verdadeira aula da situação da gripe. No Brasil, está totalmente sob controle. Ele demonstrou todas as medidas que o governo federal vem tomando para que a doença não se alastre — disse.

Vice-presidente da CAS, Paim foi um dos senadores que sugeriram o comparecimento do ministro à comissão. O requerimento para a realização da audiência foi apresentado pelos senadores Papaléo Paes (PSDB-AP) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que preside o colegiado.

**Aposentados**

Paim lembrou ainda que o Congres-



Genildo Magalhães

Paim também pede derrubada de veto a reajuste de 16% para aposentados

so Nacional voltará a analisar, hoje, os vetos presidenciais a diversos projetos de lei já aprovados pelo Legislativo, entre eles o que concedia aos beneficiários pagos a aposentados e pensionistas o mesmo reajuste dado ao salário mínimo em 2006 (16,67%).

— Espero que tenhamos quórum privilegiado para que a matéria seja votada e que cada um vote com sua consciência — afirmou.

Antes de concluir o seu discurso, Paim também considerou fundamental a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 50/06, que acaba com todas as possibilidades de voto secreto no Legislativo (câmaras de vereadores, assembleias legislativas e Congresso Nacional). A proposta encontra-se na pauta do Plenário, lembrou o senador.

**Proximidade do inverno exige atenção**

Na audiência realizada pela Comissão de Assuntos Sociais com o ministro da Saúde, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) traçou um paralelo entre a gripe suína e a gripe espanhola, de 1918, lembrando que, naquela época, a doença se tornou mais agressiva e se disseminou com a chegada do inverno. Diante desse comentário, José Gomes Temporão ponderou que a mobilização no país contra o vírus H1N1 tem de ser pelo menos mantida com a proximidade do inverno.

Já o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) assinalou a "extraordinária competência" das equipes sanitárias em atuação nos aeroportos do país para conter a gripe suína.

Além de solicitar informações sobre as ações adotadas pelo ministério para prevenir e combater a gripe, os parlamentares trataram do financiamento da saúde. Defenderam a aprovação de projeto de lei (PLS 121/07) do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29, destinada a assegurar recursos mínimos para a saúde pública.

Segundo o ministro, de cada R\$ 100 gastos em saúde no país, R\$ 68 vêm do setor privado. Diante desse quadro, ele defendeu a ampliação dos gastos públicos na área. Temporão considerou essencial a aprovação do PLS 121/07, já votado pelo Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados.

Rosalba Ciarlini, presidente da CAS, e Tião Viana também sugeriram outra forma de obter recursos para a saúde pública: o ressarcimento, à rede pública, dos atendimentos feitos a usuários de planos de saúde privados. Também com esse objetivo, acrescentou Temporão, a Agência Nacional de Saúde (ANS) deve lançar em breve uma estratégia para cobrar dos planos de saúde por internações e atendimentos de média e alta complexidade a seus usuários.

**Malária**  
Em resposta ao senador Augusto Botelho (PT-RR), o ministro afirmou que a formação de microscopistas para identificação da malária em 62 municípios do país produziu um salto de 150 mil para 450 mil lâminas examinadas. Temporão também explicou as medidas de controle da febre amarela no Rio Grande do Sul, em resposta a Paulo Paim, adiantando que 4,3 milhões de doses de vacina já foram liberados para contenção da doença no estado.

Sobre a dengue, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) recebeu do ministro a informação de que o único estado do Nordeste a registrar aumento de casos em 2009 foi a Bahia.

Mão Santa (PMDB-PB) aproveitou a presença do ministro para criticar os baixos salários pagos aos médicos do sistema público de saúde do país e as condições de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Verbas seriam utilizadas no socorro às vítimas das cheias na região, segundo representantes do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão, ouvidos ontem em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

**Estados do Nordeste cobram pressa na liberação de recursos**

REPRESENTANTES DE ESTADOS do Nordeste atingidos por enchentes pediram a desburocratização na liberação de recursos federais para socorrer as vítimas de calamidades climáticas. E defenderam a criação de um fundo nacional para assistência às populações atingidas. Os problemas provocados pelas chuvas na região foram discutidos ontem em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), por iniciativa dos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO).

O governador do Piauí, Wellington Dias, propôs a criação de fundos estaduais e municipais para

atender de forma imediata pessoas atingidas por enchentes ou secas. Mesmo com os graves problemas enfrentados pelos municípios, informou Wellington Dias, o acesso aos recursos federais tem sido difícil e demorado. Com atrasos na construção das moradias, frisou, as pessoas acabam voltando para as áreas de risco.

O governador do Piauí informou que, em seu estado, as enchentes afetam 14 mil famílias — cerca de 70 mil pessoas — em 62 municípios.

O vice-governador do Ceará, Francisco José Pinheiro, avaliou que serão necessários cerca de R\$ 97 milhões para recuperar os estragos das

chuvas. No Ceará, conforme disse, 23 municípios estão em estado de calamidade pública, com mais de 8 mil residências destruídas e quase 45 mil pessoas atingidas.

**Mudanças climáticas**

Os governadores ressaltaram que catástrofes ambientais — como as enchentes que afetam o Nordeste e o Norte e a seca que atinge o Sul — se devem aos efeitos do aquecimento global, que provoca mudanças climáticas. A representante do Rio Grande do Norte, Luiza Goes de Oliveira, sugeriu que o Congresso Nacional discuta o tema, para que os governantes do país possam ado-

tar medidas preventivas, de forma a evitar prejuízos econômicos. São 167 municípios do Rio Grande do Norte atingidos por enchentes, afetando mais de 50 mil pessoas, completou.

Representante do Maranhão, o ex-senador Francisco Escórcio propôs a criação, no âmbito do Congresso Nacional, de uma comissão para estudar as calamidades e emergências decorrentes das alterações climáticas. Em sua opinião, os ministérios, especialmente os da Integração Nacional, da Saúde e dos Transportes, devem responder de forma solidária aos problemas causados pelas mudanças climáticas.



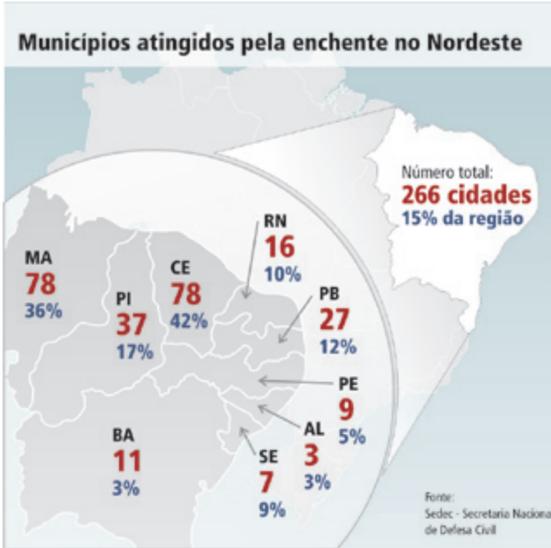
Luiza Goes de Oliveira, do Rio Grande do Norte, Wellington Dias, governador do Piauí, ministro Márcio Fortes e Leomar Quintanilha discutem ações contra os efeitos das chuvas

**Fortes: mudanças do clima reclamam novas regras**

Trabalhar juntos — Executivo e Legislativo — para mudar regras com base numa nova realidade, pois a execução de futuras obras tem de levar em conta as mudanças climáticas. O alerta foi feito pelo ministro das Cidades, Márcio Fortes, a respeito da construção de novas casas e sistemas de drenagem, na audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Em situações de cheias, ressaltou, o trabalho do ministério se inicia quando as águas baixam. É o momento, disse, de realizar o levantamento dos estragos e de planejar as obras para enfrentar futuras enchentes.

O diretor do Departamento de Articulação e Gestão da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, Marcos Antônio Moreira dos Santos, lamentou que a falta de documentação por parte de estados e municípios dificulte a liberação de recursos para enfrentar situações de emergências.

Já o diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Hiraldo Luiz Caron, explicou que o órgão não recebe recursos para transferência direta aos estados atingidos, mas apenas executa as obras solicitadas.



**Marisa propõe dedução do IR para doações a fundo contra calamidades**

Projeto da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) permite às pessoas físicas deduzir, do Imposto de Renda devido, as doações que fizerem ao Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap). Também autoriza as pessoas jurídicas a deduzir, da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as doações a

órgãos de apoio do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec).

Para a senadora, é necessário fortalecer esses organismos, que "desempenham atividades essenciais para minorar o sofrimento dos vitimados pelas catástrofes naturais". O projeto (PLS 41/09) tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

**Senadores pedem providências sem burocracia**

Desburocratizar as ações do governo para o atendimento imediato de estados e municípios em situações de emergência causadas pelas enchentes. O apelo foi feito por senadores durante a audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Segundo José Nery (PSOL-PA), a situação em que se encontram as áreas atingidas denuncia o quanto o país está mal estruturado para responder adequadamente às demandas por obras emergenciais. Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu a criação de um fundo nacional de calamidades, para atender a situações de enchentes e secas.

O presidente da CDR, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), apoiou a ideia de constituição de um fundo de emergência para prestar auxílio, "sem burocracia, às pessoas e regiões atingidas por questões climáticas".

Foi defendida ainda a edição imediata de medida provisória para socorrer os atingidos pelas inundações. Também exigiram providências os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Jefferson Praia (PDT-AM), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Epitácio Cafeteira (PTB-MA), João Pedro (PT-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

**INVESTIMENTOS**

**São Paulo e Bahia terão empréstimos do BID**

Os senadores aprovaram ontem dois projetos de resolução que autorizam os estados de São Paulo e Bahia a contratarem empréstimos externos no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O de US\$ 409 milhões será utilizado pelo governo baiano para tornar mais eficientes a gestão fiscal e o gasto público, além de garantir novos investimentos, com o objetivo de consolidar o equilíbrio fiscal. A operação prevê contrapartida de investimento do governo do estado. A segunda operação, de até US\$ 168 milhões, financiará investimentos em transportes urbanos na região metropolitana de São Paulo, especialmente em trens urbanos e metrô.

Nos dois casos, as operações contam com garantia da União.

**COOPERAÇÃO**



Genildo Magalhães

**Plenário aprova sete acordos internacionais**

O Plenário do Senado aprovou texto de um memorando de entendimento assinado entre os governos do Brasil e de Moçambique que, na prática, ajudará o governo daquele país africano a deslançar a produção de álcool. O documento foi relatado pelo senador alagoano João Tenório (foto), do PSDB.

Outros seis acordos internacionais também foram aprovados. São documentos assinados com Israel, Síria, Guatemala e países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, além de um adendo ao Acordo de Complementação Econômica firmado entre os integrantes do Mercosul e da Comunidade Andina.

**INDICAÇÕES**

**Aprovados nomes para embaixadas e agências**

Foram aprovadas ontem, pelo Plenário do Senado, quatro indicações do presidente da República para a chefia de missões do Brasil no exterior e cargos de direção em agências reguladoras. José Fiúza Neto teve seu nome confirmado para, cumulativamente com a embaixada do Brasil na Guiné, exercer o cargo de embaixador na Serra Leoa. Também foi ratificada a indicação de Antonio Carlos do Nascimento Pedro para a embaixada no Sudão.

O economista João Batista de Rezende foi aprovado para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o assistente social Ivo Borges de Lima para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Proposta que cria Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador prevê capacitação de professores e de pessoal técnico-administrativo

## Ensino técnico pode ganhar mais equipamentos e escolas

A OFERTA DE ensino técnico no país poderá passar por uma ampla reforma, a começar pela construção de novas escolas, aquisição de equipamentos pedagógicos, reequipagem de unidades já existentes e melhor capacitação profissional de docentes e pessoal técnico-administrativo. Medidas nesse sentido estão previstas em projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

De acordo com a proposta (PLS 274/03), a reforma será viabilizada com a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep). O fundo teria fonte permanente, direta e autônoma de recursos oriundos da arrecadação dos impostos de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI), além do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O relator,

Gerson Camata (PMDB-ES), apresentou voto favorável ao texto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), acolhendo emendas apresentadas quando da tramitação da proposta na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposição estabelece como principais objetivos do Fundep criar oportunidades de emprego e geração de renda; promover, descentralizar e regionalizar

ações da educação profissional; combater a pobreza e as desigualdades regionais; e elevar a produtividade e a competitividade do setor produtivo.

O Fundep, segundo o projeto, será gerido por um conselho deliberativo composto por representantes dos trabalhadores, do empresariado, bem como por representantes do governo federal nas áreas de trabalho e emprego.



Na CRA, Paim conversa com Marisa Serrano durante discussão do projeto

### CRA vai debater medidas contra a crise financeira

As medidas adotadas pelo governo federal na liberação de recursos para o enfrentamento, no país, dos efeitos da crise financeira mundial, com ênfase no agronegócio, e a reclassificação do risco dos produtores rurais que renegociaram suas dívidas serão os principais temas de audiência pública que será realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em data a ser marcada.

Na mesma reunião, a CRA também discutirá o acesso aos recursos do Plano Safra 2009/2010. Para a audiência pública, serão convidados os presidentes do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Galvão Coutinho.

O requerimento para a audiência pública, aprovado ontem por unanimidade na CRA, foi apresentado pelo presidente do colegiado, senador Valter Pereira (PMDB-MS).

### Fátima quer votação de proposta que valoriza servidor escolar

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) defendeu ontem, em discurso, a aprovação da proposta de sua autoria que visa profissionalizar e valorizar os trabalhadores que atuam em escolas. Ela declarou que "o reconhecimento desses funcionários como profissionais da educação escolar básica é o mínimo que se pode oferecer a uma categoria que labuta em cantinas, secretarias, salas de multimeios, portarias e outras tantas atividades fundamentais para o ensino".

O projeto (PLS 507/03), aprovado pelo Senado em 2005, foi acolhido pela Câmara dos Deputados mediante substitutivo que, na avaliação da senadora, "aprimorou a redação da proposta, dando-lhe maior abrangência e flexibilidade e adequando-a à nomenclatura utilizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional".

A matéria aguarda agora deliberação do Plenário do Senado, mas, segundo Fátima Cleide, há resistências contra a votação. A senadora disse recentemente que parlamentares do PSDB, entre outros, "temem a sua apro-



Fátima Cleide aponta resistências à aprovação do projeto de sua autoria

vação, porque preferem manter funcionários terceirizados nas escolas a investir na qualificação e na profissionalização desses trabalhadores".

Fátima Cleide afirmou que um dos receios quanto à proposta está relacionado ao piso salarial nacional para professores. Ressaltou que esse temor "não tem procedência, pois o piso se destina ao magistério, e não a todos os profissionais de educação".

— É evidente que os trabalhadores de escolas gostariam de ter uma melhoria salarial, mas essa é uma expectativa que independe do reconhecimento profissional [previsto no projeto] — observou ela.



Presidida por Flávio Arns, CE aprovou três proposições em decisão terminativa

### Escolas deverão ter área coberta para a prática de educação física

A comprovação da existência de área coberta destinada à prática de educação física, esportes e recreação passará a ser obrigatória para o credenciamento de escolas de educação básica. É o que determina projeto de lei (PLS 395/08) de Fátima Cleide (PT-RO) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

— A educação física é uma matéria obrigatória e a sua sala de aula é a quadra esportiva, que muitas escolas não têm — disse a senadora, ao celebrar a aprovação da proposta.

O relator *ad hoc*, Roberto Cavalcanti (PRB-PB), salientou a importância atribuída pelos médicos à prática de atividades físicas. Ele observou ainda que a criação de espaços nas escolas para a prática esportiva e a recreação incluem-se entre as metas do Plano Nacional de Educação.

Dois outros projetos foram

acolhidos em decisão terminativa pela Comissão de Educação. Uma das propostas é o PLS 165/08, do senador Adelmir Santana (DEM-DF), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Taguatinga, no Distrito Federal.

O relator da matéria, Cristovam Buarque (PDT-DF), destacou que a criação de novas oportunidades de acesso à educação profissional representa "um dos caminhos mais promissores para permitir que os jovens de famílias de baixa renda adquiram qualificação para obter melhor posição no mercado de trabalho".

O outro projeto (PLS 207/08), de autoria de Efraim Moraes (DEM-PB), institui o Dia Nacional do Sanfoneiro, a ser celebrado a cada 26 de maio, data de aniversário do músico Severino Dias de Oliveira, conhecido como Sivuca. O relator *ad hoc* foi o senador Raimundo Colombo (DEM-SC).

### Santana do Livramento pode se tornar símbolo de integração

A cidade de Santana do Livramento (RS), situada na fronteira com o Uruguai, deverá ser considerada "símbolo da integração brasileira com os demais países do Mercosul", segundo projeto da Câmara (PLC 159/08) aprovado ontem pela Comissão de Educação. A matéria será agora votada no Plenário do Senado.

A decisão ocorreu após longa discussão, no colegiado, a respeito da participação das diversas regiões brasileiras no processo de integração da América do Sul. O relator, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), frisou que o Brasil tem mais de 16 mil quilômetros de fronteiras. Desse total, observou, cerca de mil quilômetros são na fronteira com o Uruguai.

É numa chamada fronteira seca, como destacou o relator, que se encontra Santana do Livramento, separada por apenas

uma rua da cidade uruguaia de Rivera. Ele ressaltou que brasileiros e uruguaio vivem ali um "clima de harmonia" e muitas vezes moram de um lado da fronteira e trabalham do outro.

#### Copa

A CE aprovou ainda parecer favorável ao PLS 46/08, de Expedito Júnior (PR-RO), que estabelece a obrigatoriedade, durante a Copa do Mundo de 2014, a ser realizada no Brasil, da neutralização das emissões de gases que provocam o efeito estufa. O projeto, relatado por Alvaro Dias (PSDB-PR), será examinado em decisão terminativa pela Comissão de Meio Ambiente. Também recebeu parecer favorável o Projeto de Lei da Câmara 54/08, que dá ao município de Corumbá (MS) o título de Capital do Pantanal.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

#### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Romeu Tuma

#### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli

#### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Marco Antonio Reis e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333  
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Pichador pode ser obrigado a reparar, com limpeza, o dano

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem projeto que obriga os pichadores a repararem os danos causados. A proposta segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a proposição (PLS 410/08) estabelece que as penas de detenção e multa já previstas no Código Penal poderão ser substituídas pela obrigação de reparar o dano feito no bem público ou particular, mediante limpeza realizada pelo próprio infrator.

Para a relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), a substituição da pena de prisão pela exigência de limpeza representa uma medida pedagógica e desejável, além de se mostrar eficiente para minorar a poluição visual decorrente

dessa conduta.

Diante do grande número de avisos recebidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sobre irregularidades auditadas em projetos e atividades do Executivo, o presidente da CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES), sugeriu, e foi aprovada no colegiado, a criação de um grupo de trabalho para analisar melhor esses relatórios e propor aperfeiçoamentos na legislação de fiscalização e controle.

O grupo será formado por Marisa Serrano, Jefferson Praia (PDT-AM), Fátima Cleide (PT-RO) e Renato Casagrande.

Também foi acolhido requerimento de Marisa Serrano para que o TCU fiscalize e acompanhe, passo a passo, a execução do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal, enviando relatórios trimestrais à CMA.

## Perspectivas da energia solar serão debatidas em audiência

As perspectivas e os problemas para uso da energia solar serão debatidos em audiência pública na Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), conforme requerimento do senador Jefferson Praia (PDT-AM) aprovada ontem pelo colegiado.

Também foi acolhido requerimento do presidente da CMA, senador Renato Casagrande, convocando audiência para discutir os resultados de acordo que estabelece, no âmbito da União

Europeia, ação comunitária no domínio público da Água.

Foi aprovada ainda uma audiência para debater o trabalho do pesquisador Eduardo Macedo, da Universidade Federal de Pernambuco, sobre os recifes de corais e os efeitos nocivos dos herbicidas nos canaviais. Outra audiência deverá discutir possíveis irregularidades em obras no Aeroporto de Vitória, com representantes do TCU, da Infraero, da Procuradoria Geral da República e da Advocacia Geral da União.

Os integrantes da Comissão do Meio Ambiente participaram ontem da inauguração do retrato do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) na galeria dos ex-presidentes do colegiado. Ao agradecer a homenagem, Quintanilha disse que seu trabalho como senador se liga à defesa dos recursos naturais e da qualidade de vida das pessoas.



## Interlegis deve divulgar práticas de gestão de recursos hídricos

As boas práticas de gestão de recursos hídricos deverão ser colocadas à disposição da sociedade por intermédio da Comunidade Virtual do Poder Legislativo (Interlegis). A sugestão, feita pelos integrantes da Subcomissão das Águas, foi aceita pela senadora Marisa Serrano, relatora dos trabalhos do V Fórum Mundial da Água.

Aprovado ontem pela subcomissão, o relatório será submetido agora à Comissão de Meio Ambiente, conforme explicou Marina Silva (PT-AC), presidente

da subcomissão.

O documento reúne sugestões de ministros, parlamentares, prefeitos e organizações governamentais e não governamentais para melhorar a utilização da água, durante fórum que reuniu mais de 30 mil pessoas em Istambul, em março.

– As ideias [dos parlamentares] podem fazer com que o relatório seja mais conhecido e amplificar meu grito sobre a importância de cuidar da água e de conhecer a legislação – afirmou Marisa Serrano.

## Comissão de Assuntos Econômicos aprova projeto que autoriza o governo federal a implantar mecanismo de proteção para evitar acidentes automobilísticos



Garibaldi Alves (2º à dir.) preside reunião da CAE que adiou discussão de projeto que regulamenta operação de factoring

## Pontes e curvas perigosas devem ter muro de proteção

A AUSÊNCIA DE muros de proteção em pontes, viadutos e curvas perigosas tem sido apontada como causa de graves acidentes automobilísticos. Projeto destinado a garantir a construção desse tipo de estrutura nos locais indicados foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), porém com mudanças importantes: em vez de tornar obrigatória a execução das obras em até cinco anos, o texto apenas autoriza o governo federal a adotar a iniciativa de implantar mecanismos de proteção, muros ou qualquer outro sistema que atenda o mesmo objetivo de segurança.

Essa foi a maneira encontrada pelo relator Osmar Dias (PDT-PR) para contornar os obstáculos que o PLC 34/01 vinha enfrentando para ser aprovado. Apresentada pelo então deputado Jacques Wagner, a proposta recebeu voto pela rejeição na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), pois o texto que chegou ao Senado, em razão de emenda, estabelecia que os muros de proteção deveriam ser de concreto armado. O então relator, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), argumentou que materiais e técnicas de construção mudam muito, o que inviabilizava o projeto.

Mas a CI acabou aprovando,

em 2003, relatório divergente da então senadora Heloísa Helena, um texto que remetia a definição do material à norma de hierarquia inferior.

### Factoring

A CAE decidiu ainda adiar a discussão de projeto que regulamenta as operações de fomento mercantil, também chamadas de factoring (compra de créditos sobre produtos ou serviços futuros de empresas, a fim de que tenham recursos em caixa). O relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), concordou em retirar o PLC 13/07 de pauta até a realização de audiência pública para debater o tema.



Raimundo Colombo: houve no ano passado 13 mil acidentes nas estradas

## Colombo exige mais investimento em rodovias

Para comprovar que o governo federal precisa investir mais recursos nas rodovias, Raimundo Colombo (DEM-SC) ressaltou que do total de verbas disponíveis para as BRs em todo o país, apenas 27% foram efetivamente gastos entre 2003 e 2008. O senador também destacou que no ano passado, em Santa Catarina, houve cerca de 13 mil acidentes nas rodovias federais do estado.

Ao lembrar que Santa Catarina é uma região frequentada por turistas, Raimundo Colombo informou que 63 argentinos morreram, entre 2000 e 2009, naquelas estradas. Ele argumentou que tal fato "intimida o desenvolvimento do turismo, porque as pessoas começam a falar que não há como trafegar por lá".

– E nem o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] tem sido capaz de mudar essa realidade – declarou o parlamentar.

## Debate sobre rendimento da poupança

As mudanças cogitadas pelo governo para alterar o cálculo do rendimento da caderneta de poupança serão discutidas na próxima semana na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Apesar do tamanho da fila de audiências públicas à espera de serem realizadas, o presidente do colegiado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), assumiu ontem o compromisso de pautar logo o debate. Para isso, deve ser convocada uma reunião extraordinária para quarta ou quinta-feira. A decisão foi tomada depois de apelo de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A CAE aprovou ainda outros requerimentos de audiências, uma delas com a finalidade de discutir o crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), incentivo fiscal às exportações criado há 30 anos pela União.

Outra audiência deverá tratar das compensações tributárias que estão sendo utilizadas por grandes empresas, inclusive a Petrobras, que estariam privando a União de volumosas receitas – conforme os jornais, um total de R\$ 12,4 bilhões em tributos, sendo que a Petrobras, isoladamente, teria deixado de recolher R\$ 4,38 bilhões.



Expedito Júnior elogia programa lançado pelo governo de seu estado

## Rondônia investirá R\$ 1,1 bi, afirma Expedito Júnior

Expedito Júnior (PR-RO) elogiou ontem o programa de investimentos lançado pelo governo de Rondônia nesta semana. De acordo com o senador, será mais de R\$ 1,1 bilhão em investimentos na infraestrutura do estado. Ele elogiou o governador Ivo Cassol e os deputados estaduais pela interação entre Poderes que permitiu a concretização do programa de investimentos.

Segundo Expedito Júnior, do total de R\$ 1,1 bilhão a ser investido, R\$ 734 milhões são recursos do estado e R\$ 354 milhões referentes a convênios com a União. Entre as obras, destacou o senador, estão a recuperação asfáltica de mais de 400 quilômetros de estradas; construção e reforma de hospitais; construção da ponte do anel viário de Ji-Paraná; tratamento de água e esgoto; incentivos e maquinaria para a agricultura familiar; e compra de automóveis para a Polícia Civil.

Na sessão do Congresso, que se inicia às 9h, serão analisados os vetos considerados polêmicos, em razão de divergência entre os parlamentares

## Veto ao reajuste de 16,67% a inativos pode ser votado hoje

SENADORES E DEPUTADOS reúnem-se hoje em sessão conjunta do Congresso Nacional, a partir das 9h, no Plenário da Câmara dos Deputados, para o exame de 206 vetos presidenciais a dispositivos de 30 propostas aprovadas pelas duas Casas.

Na sessão, serão analisados itens sobre os quais há divergências entre os parlamentares, como o veto a uma emenda ao PLV 18/06 concedendo reajuste

de 16,67% aos benefícios pagos a aposentados e pensionistas da Previdência Social, em 2006. Está na pauta também o exame de vetos a dispositivos das propostas que recriam a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), respectivamente PLC-complementar 60/04 e PLC-complementar 59/04.

Na tarde de ontem, a Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) concluiu a apuração da votação, realizada na noite do último dia 6, de vetos sobre os quais havia concordância entre senadores e deputados. Foram mantidos todos os vetos apostos pelo Executivo – 952 no total – em 129 propostas. A apuração foi acompanhada por integrantes da Mesa do Congresso.

## Senadores criticam votação em bloco de 900 itens

Os senadores Mário Couto (PSDB-PA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticaram a votação em bloco de mais de 900 dispositivos de projetos de lei vetados pelo presidente da República, como ocorreu na sessão do Congresso realizada na semana passada.

Mário Couto manifestou sua preocupação com a análise do veto à emenda que garantia às aposentadorias e pensões o mesmo índice de reajuste do salário mínimo em 2006.

A análise em uma única sessão de inúmeros itens vetados, “sem a discussão adequada”, na opinião do senador, não deveria se repetir. Mário Couto argumentou que assim “não haverá a menor chance de derrubar o veto”.

Flexa Ribeiro também registrou sua preocupação com a votação em bloco de vetos que considera importantes, como os que tratam da Superintendência Regional da Amazônia (Sudam), da Superintendência Regional do Nordeste (Sudene) e da



Mário Couto e Flexa Ribeiro argumentam que procedimento dificulta discussão

aposentadoria de funcionários dos Correios.

Em resposta aos parlamentares, o presidente do Senado, José Sarney, sugeriu que apresentem pedido de destaque dos vetos para votação em separado.

### Expectativa

Voltando a tratar do assunto em Plenário, Mário Couto disse que há um acordo entre os líderes para que o veto seja retirado da pauta de hoje e examinado em uma reunião específica. Se

isso ocorrer, ele acredita que os aposentados e pensionistas terão a chance de ver incorporado nos seus benefícios o percentual de 16,67%.

Para o senador, se o veto tivesse sido apreciado na sessão do Congresso da última quarta-feira, teria sido mantido. Mário Couto reclamou que recebeu um formulário com a relação dos vetos para votação naquela data, com espaço para marcar “sim” ou “não”. Não houve tempo ou clima para a discussão de cada ponto votado, disse.

## Congresso homenageia PM do Distrito Federal



Oficiais e soldados participam da sessão solene no Plenário

O Congresso Nacional comemorou em sessão solene, no Plenário do Senado, o bicentenário da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). A homenagem foi proposta pelos senadores Adelmir Santana (DEM-DF) e Cristovam Buarque (PDT-DF). A corporação, observou Adelmir, foi criada em 13 de maio de 1809 como Divisão Militar da Guarda Real de Polícia.

Segundo Adelmir, “a população de Brasília sabe, de fato, que pode contar com sua Polícia Militar para a garantia de paz e tranquilidade”. Ele defendeu a aprovação do plano de cargos para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do DF, em análise na Casa Civil da Presidência da República.

Cristovam Buarque homenageou os policiais militares que perderam a vida no trabalho. O senador do PDT também ressaltou a ética dos policiais militares do Distrito Federal.

Os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PRB, Marcelo Crivella (RJ), analisaram o papel da PM e elogiaram o trabalho da instituição na capital do país.

O secretário de Segurança Pública do DF, Valmir Lemos de Oliveira, o comandante-geral da PMDF, coronel Antônio José Cerqueira, e o presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e de Corpos de Bombeiros Militares, entre outros, participaram da comemoração.



Demostenes pede interferência de ministro nas negociações

### Doação a entidades filantrópicas

Demostenes Torres (DEM-GO) fez um apelo ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, para que interfira nas negociações que vêm sendo mantidas entre a telefônica Oi e entidades filantrópicas.

O senador explicou que muitas instituições arrecadam recursos por meio de ligações telefônicas. A Oi estaria agora exigindo repasse de 40% do arrecadado, em vez dos 10% tradicionalmente cobrados.

Em apartes, Raimundo Colombo (DEM-SC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiaram Demostenes.

### Papaléo destaca valor de Covas

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) registrou em Plenário a abertura, no Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, da exposição itinerante *Mário Covas: a ação conforme a pregação*. A cerimônia de abertura, na tarde de ontem, teve a presença de líderes políticos. A mostra, segundo Papaléo, evidencia “a brilhante trajetória política e os traços marcantes de um dos homens públicos mais importantes do século 20”.

Papaléo lembrou que Mário Covas, que morreu de câncer em 6 de março de 2001, foi um dos fundadores do PSDB, deputado, senador, prefeito de São Paulo e governador do estado. A exposição tem 35 painéis com imagens e relato de fatos marcantes da vida do político paulista.

### Jucá nega pressão em favor de irmão

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que são “capciosas, mentirosas ou eivadas de asneiras” as notícias de que ele teria pressionado o ministro da Defesa, Nelson Jobim, com o objetivo de favorecer seu irmão, recentemente demitido da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

– Não pedi que fosse admitido, nem pedi que fosse readmitido – reiterou o senador.

### Efraim cita morte de ex-vereadora

Efraim Morais (DEM-PB) lamentou ontem a morte, ocorrida há duas semanas, da ex-vereadora e empresária Creuza Pires, fundadora de movimentos de apoio à terceira idade na Paraíba. O senador fez a leitura de artigo do jornalista Abelardo Jurema Júnior publicado no *Diário de Pernambuco* sobre Dona Creuza, como era conhecida.

O parlamentar também registrou a aprovação de projeto (PLS 207/08) de sua autoria, na Comissão de Educação, que institui o Dia Nacional do Sanfoneiro em 26 de maio, data de nascimento de Severino Dias de Oliveira, o Sivuca. Efraim explicou que o objetivo da proposta é homenagear o talento e a contribuição do sanfoneiro Sivuca para a valorização da música brasileira.



Marisa Serrano comemora os 200 anos da Polícia Militar do DF

### Marisa pede ações contra criminalidade

Marisa Serrano (PSDB-MS) lembrou o assalto de um banco no Quartel General do Exército em Brasília, entre outros casos, para defender a adoção de medidas que reduzam a criminalidade no país. – Dizem que faltam policiais. Pode até ser verdade, mas não dá para ter um policial para cada habitante do país. Devemos investir no combate às desigualdades sociais, em políticas públicas audaciosas, na educação de base, nos valores da família.

A senadora comemorou os 200 anos de criação da Polícia Militar do Distrito Federal, que transcorrem hoje.

### Mauro Fecury assume vaga de Roseana

O senador Mauro Fecury (PMDB-MA) passou a exercer ontem seu mandato como representante do Maranhão, participando das deliberações nas comissões e no Plenário. Fecury era o 1º suplente da ex-senadora Roseana Sarney, que renunciou ao mandato para assumir o cargo de governadora do Maranhão, em virtude da cassação de seu antecessor, Jackson Lago.

Ex-deputado federal por quatro mandatos, Mauro Fecury é engenheiro civil e foi prefeito de São Luís, capital do Maranhão, nos períodos de 1979 a 1980 e de 1983 a 1985.